

KUPFER, D. É Hora de Sair da Casca. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 24/06/2009.

---

## **É Hora de Sair da Casca**

24/06/2009

Enquanto os bebês concebidos em 15 de setembro de 2008, data da quebra do Lehman Brothers e que simbolicamente marca o início do crash financeiro mundial, já nasceram, os especialistas ainda não conseguiram concluir se a crise será um V, um U com a curva direita muito ou pouco suave, um L com o segmento vertical mais ou menos inclinado ou até mesmo um W, como aventado mais recentemente. Porém, debates sobre caligrafia à parte, virando a lente para um futuro um pouco mais distante do que o próximo trimestre, já é possível vislumbrar grandes inflexões ou mesmo mudanças de paradigma que a economia mundial irá experimentar após a digestão da fase aguda da crise, dure ela mais seis meses ou dois anos e, mais importante, avançar no debate sobre os meios e modos de enfrentar os desafios que essas mudanças estão trazendo.

Uma das dimensões na qual a ruptura da antiga ordem econômica mundial já provoca e continuará provocando uma importante inflexão é a relacionada aos fluxos de capitais privados entre os países. A julgar pelos números recém-divulgados no relatório Desenvolvimento Financeiro Global 2009 do Banco Mundial, esses fluxos estão experimentando uma grande retração que dificilmente deverá ser revertida nos anos vindouros. Segundo o documento, a perda de valor de mercado das empresas cotadas nas bolsas de valores mundo afora atingiu a incrível marca de 17 trilhões de dólares. Na medida em que os excedentes de capital, em grande parte estacionados nos mercados financeiros dos EUA, União Européia e Japão, vão sendo erodidos pela deflação no valor dos ativos, e que as fontes de incerteza que rondam os negócios não são revertidas, mais crítica para assegurar a retomada do crescimento será a habilidade dos países em desenvolvimento em criar mecanismos de financiamento alternativos que permitam ocupar esses espaços vazios.

Avaliado nesse contexto, o primeiro encontro de cúpula dos BRICs, realizado na semana passada em Ecatimburgo, na Rússia, ganha um significado próprio. No Brasil ainda é moda questionar a racionalidade da criação de um grupo reunindo Brasil, Rússia, Índia e China que, além do tamanho de seus territórios, populações e economias, pouco mais partilham em comum. Tratar dos BRICs é realmente um desafio teórico e também uma dificuldade empírica pois, de fato, não há uma razão clara que justifique o agrupamento desses países para fins analíticos, que não os objetivos prospectivos de seus criadores, interessados que estavam em realçar o peso que, em um futuro longínquo, esse grupo de países poderia representar para a economia mundial. No entanto, se pensado além de um conceito talhado especificamente para análises econômicas, há uma dimensão que, já no momento presente, une esse conjunto de grandes países emergentes: a importância que uma efetiva coordenação dos BRICs pode desempenhar na arena da reorganização do sistema financeiro internacional. Isso porque, vis a vis o peso atribuído aos países centrais, os BRICs são, sem qualquer sombra de dúvida, sub-

representados nessa esfera, relativamente a enorme massa de ativos monetários e financeiros que detêm e que, no mundo pós-crise, tornou-se ainda maior em termos comparativos.

Por isso, avanços na construção de alguma capacidade de coordenação monetária-financeira entre os BRICs, que seja bem-sucedida em reduzir a dependência hoje exibida ao dólar norte-americano e aos sistemas financeiros centrais, certamente terão implicações de vulto para esses quatro países na medida em que, em alguma medida (a China mais, o Brasil menos), já constituem centros econômicos regionais. Para o Brasil, o maior fôlego financeiro poderá significar uma rara janela para um profundo reposicionamento estratégico da inserção externa do país, especialmente no sub-continente sul-americano, com conseqüências extremamente positivas para o futuro da indústria nacional. Muito além da posição favorável em commodities agrícolas e industriais que historicamente se conseguiu consolidar, está em questão as possibilidades de as demais indústrias, especialmente a mecânica e a eletrônica, encontrarem uma trajetória de expansão apoiada em operações internacionais, envolvendo aquisições de empresas sediadas em outros países ou investimentos greenfield no exterior, que possam significar uma entrada mais efetiva no jogo global que hoje caracteriza a produção e o consumo nesses mercados.

Do mesmo modo que há pouco mais de dez anos o Brasil enfim entendeu que havia um “jogo a ser jogado” na arena do comércio internacional e “entrou em campo” adotando táticas algumas vezes certas, outras nem tanto, é hora de colocar em movimento novas peças em um jogo muito mais bruto, complexo e sofisticado que é o das finanças internacionais e que, ademais, é complementar e potencializa o primeiro. Assim como parece claro que a coordenação mundial não se dará exclusivamente no plano multilateral, as iniciativas que ora se avolumam envolvendo o G-20, BRICs, Mercosul e América do Sul, dentre outras, mostram as várias esferas em que a ação brasileira necessita se dar nesse momento, fazendo a agenda da diplomacia econômica brasileira se alargar com grande velocidade e exigindo a necessária capacidade de resposta do Estado brasileiro.

Esses movimentos sugerem que já há elementos suficientes para se antever qual o principal desafio que se coloca para o Brasil pós-crise: “sair da casca”. Não é porque o país conta com um mercado interno que pode permitir uma travessia menos traumática pelo período mais duro da crise internacional, que se pode ou se deve deixar de lado as oportunidades de melhoria na inserção externa que ora se vislumbram. A violenta contração do fluxo internacional de capitais privados, que se mostra ainda mais intensa do que previam os especialistas, traz oportunidades para que mais empresas brasileiras além das exceções de sempre – Petrobras, Vale, as grandes construtoras e poucas outras, se projetem internacionalmente. Claro que concretizar esse movimento requer por em prática estratégias muito mais ousadas do que as empresas brasileiras têm condição de adotar. Mais uma vez está nas mãos do Estado brasileiro a tarefa de articular as políticas que concretizem essa possibilidade.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – [www.ie.ufrj.br/gic](http://www.ie.ufrj.br/gic) - [gic@ie.ufrj.br](mailto:gic@ie.ufrj.br))